



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

PARECER Nº 0011/17

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Projeto de Lei nº 0007/2017

Autor: **Sra. Prefeita Municipal, ALMIRA RIBAS GARMS**

Reformula o Programa de Adoção de Praças e Canteiros Públicos, criado pela Lei Municipal nº 2.332/2004, e o designa como Programa Adote Uma Praça.


A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reuniu seus membros nesta data para conhecer dos argumentos do Vereador Relator com relação ao Projeto de Lei em epígrafe.

Acatando o posicionamento do Relator e, não havendo óbice insanável no âmbito da sua competência, a CCJR faz do competente Relatório o seu Parecer, manifestando-se **FAVORAVELMENTE** em face do Projeto de Lei nº 0007/17, porém, apresentando **Emendas Modificativa e Aditiva**, de acordo com os motivos expostos pelo Relator, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 17 de março de 2017.

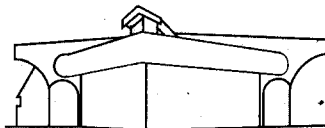

MÁRIO CÉSAR GARMS THIMÓTEO
Presidente da Comissão

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo Data/Hora
23-021 17/03/2017 15:54:01
Responsável: 


JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR
Vice-Presidente e Relator


CÍCERO RIBEIRO DA SILVA
Secretário



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

RELATÓRIO

Ao Projeto de Lei nº 0007/2017.

Autor: **Sra. Prefeita Municipal, ALMIRA RIBAS GARMS**

Reformula o Programa de Adoção de Praças e Canteiros Públicos, criado pela Lei Municipal nº 2.332/2004, e o designa como Programa Adote Uma Praça.

RELATÓRIO

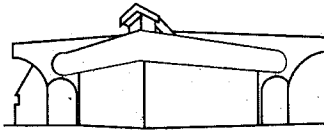
O Projeto de Lei encaminhado a este relator, para análise e parecer, visa reformular o Programa de Adoção de Praças e Canteiros Públicos, criado pela Lei Municipal nº 2.332/2004, e o designar como Programa Adote Uma Praça, objetivando estimular a parceria do Poder Público Municipal e a iniciativa privada, para recuperação, urbanização e manutenção de logradouros públicos.

Conforme demonstrado por meio do parecer da Procuradoria Jurídica da Casa, o projeto vai ao encontro do disposto no inciso VII do art. 70, art. 152 e alínea "b" do inciso I do art. 231, todos da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

Destaco porém, que na presente propositura consta o termo "reformula", palavra que tem como significado: "Estabelecer novas bases, novos princípios estruturadores. Sofrer uma mudança na sua estrutura, nos seus princípios", medidas estas que não foram realizadas, uma vez que não foram feitas alterações na Lei Municipal nº 2.332/2004.

Tão pouco foi disposto na propositura que a Lei Municipal nº 2.332/2004 seria revogada, o que vislumbra que teremos duas normas válidas, em vigor que tratam sobre a mesma matéria, o que não é aceitável.

Assim, apesar da regularidade do projeto nos aspectos legais e constitucionais, o jurídico fez a seguinte ressalva: *"observe que deva ser acrescido pela Comissão Competente, na parte final do Art. 33 do presente projeto de lei, a revogação da Lei Municipal nº 2.332/2004, posto que, conforme caput do Art. 1º do presente projeto e seu § único, há uma reformulação total da lei já existente, além de sua renomeação para o programa para ADOTE UMA PRAÇA, sem o que passam a existir duas leis vigendo sobre o mesmo tema, causando confusão jurídica."*



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Dessa forma, para que tal erro seja sanado, sugiro a CCJR que apresente Emendas Modificativa e Aditiva, propondo a revogação da Lei Municipal nº 2.332/2004, a alteração da ementa e da redação do art. 1º, bem como a inclusão do artigo constando a vigência da norma.

VOTO DO RELATOR

Analizados todos os aspectos que me competem, manifesto meu **VOTO FAVORÁVEL**, de forma a dar continuidade ao trâmite regimental deste Projeto de Lei, recomendando a esta Comissão a mesma postura, desde que apresentada as Emendas sugeridas anteriormente, pelos motivos acima expostos.

Palácio Legislativo Água Grande, 17 de março de 2017.


JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR
Relator



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo Data/Hora
23.023 17/03/2017 16:03:05
Responsável: *CAF*

EMENDA MODIFICATIVA Nº 00417

Ao Projeto de Lei nº 0007/17

Dispõe sobre a alteração da redação da ementa, do art. 1º e do art. 33 do Projeto de Lei nº 0007/17.

Art. 1º. Fica alterada a redação da ementa constante do Projeto de Lei nº 0007/17, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cria o Programa Adote Uma Praça no âmbito da Estância Turística de Paraguaçu Paulista.

Art. 2º. Fica alterada a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 0007/17, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado no âmbito da Estância Turística de Paraguaçu Paulista o Programa Adote Uma Praça.

Art. 3º. Fica alterada a redação do art. 33 do Projeto de Lei nº 0007/17, que passa a vigorar com a seguinte redação:

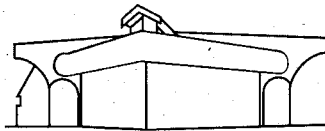
Art. 33. Fica revogada a Lei Municipal nº 2.332/2004.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 07/2017, de autoria da Exma. Sra. Prefeita Municipal, dispõe quanto a reformulação do Programa de Adoção de Praças e Canteiros Públicos, criado pela Lei Municipal nº 2.332/2004, e o designa como Programa Adote Uma Praça, visando estimular a parceria do Poder Público Municipal e a iniciativa privada, para recuperação, urbanização e manutenção de logradouros públicos.

Porém, conforme Parecer Jurídico destacou: "deve ser acrescido pela Comissão Competente, na parte final do Art. 33 do presente projeto de lei, a **revogação da Lei Municipal nº 2.332/2004**, posto que, conforme caput do Art. 1º do presente projeto e seu § único, há uma reformulação total da lei já existente, além de sua renomeação para o programa para ADOTE UMA PRAÇA, sem o que, passam a existir duas leis vigendo sobre o mesmo tema, causando confusão jurídica."

Porém, ao propor a revogação da Lei Municipal nº 2.332/2004, necessário se faz alterar a Ementa e a redação do art. 1º da norma, uma vez que estando revogada não faz sentido permanecer citando uma disposição revogada.




Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

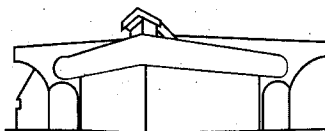
Ainda, em sendo necessário incluir a cláusula revogatória na propositura, deve-se alterar a redação do art. 33 para que a vigência da lei seja matéria disposta no último artigo.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 17 de março de 2017.


MÁRIO CÉSAR GARMS THIMOTEO
Presidente


JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR
Vice-Presidente


CÍCERO RIBEIRO DA SILVA
Secretário



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

EMENDA ADITIVA Nº 002/17

Ao Projeto de Lei nº 0007/17

Inclui o art. 34 ao Projeto
de Lei nº 0007/17.

Art. 1º. Inclui o art. 34 ao Projeto de Lei nº 0007/17, com a seguinte redação:

Art. 34. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

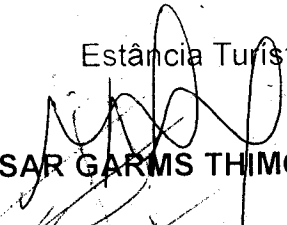
JUSTIFICATIVA:

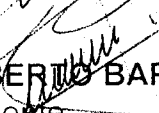
O Projeto de Lei nº 07/2017, de autoria da sra. Prefeita Municipal, dispõe quanto a reformulação do Programa de Adoção de Praças e Canteiros Públicos, criado pela Lei Municipal nº 2.332/2004, e o designa como Programa Adote Uma Praça, visando estimular a parceria do Poder Público Municipal e a iniciativa privada, para recuperação, urbanização e manutenção de logradouros públicos.

Porém, conforme Parecer Jurídico destacou: "deve ser acrescido pela Comissão Competente, na parte final do Art. 33 do presente projeto de lei, a revogação da Lei Municipal nº 2.332/2004, posto que, conforme caput do Art. 1º do presente projeto e seu § único, há uma reformulação total da lei já existente, além de sua renomeação para o programa para ADOTE UMA PRAÇA, sem o que passam a existir duas leis vigendo sobre o mesmo tema, causando confusão jurídica."

Assim, a presente Emenda objetiva acrescentar a vigência da lei, uma vez que o art. 33, que continha tal matéria teve sua redação alterada para constar a cláusula revogatória pois, em atendimento a técnica legislativa prevista na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a cláusula revogatória deve anteceder a vigência da Lei.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 17 de março de 2017.


MÁRIO CÉSAR GARMS THIMÓTEO
Presidente


JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR
Vice-Presidente


CÍCERO RIBEIRO DA SILVA
Secretário

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo Data/Hora
23.024 17/03/2017 16:04:12
Responsável: 